



Comunicado - nº 10/2016

03/10/16

Atualização de GTs e outros grupos

Com a realização, na semana de 26 a 30 de setembro, das reuniões do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, do Grupo de Trabalho sobre Crimes Fiscais e Tributários, do novo Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea (GACEC) e da Comissão Permanente responsável pelos BIs, a 2^a CCR concluiu a rodada de atualização de seus grupos e de renovação dos respectivos planos de trabalho.

Os trabalhos têm sido intensos, e a 2^a CCR agradece a contribuição valorosa dos colegas integrantes de todos os grupos a ela vinculados. Veja, a seguir, os descriptivos atualizados dos grupos da 2^a CCR.

Comissão Permanente de Gestão e Implementação de Projetos de *Business Intelligence* – BI (CPGIBI)

A Comissão Permanente de Gestão de Projetos de *Business Intelligence* foi criada pela 2^a Câmara em 27 de maio de 2015 (Portaria nº 177). Por sua relevância, a Comissão se tornou bicameral, com participação da 5^a Câmara, em 25 de agosto de 2016 (Portaria Conjunta nº 5).

A Comissão tem como finalidade assessorar as duas Câmaras no desenvolvimento de BIs tanto estruturais, que refletem suas atividades, como investigativos, voltados a identificar ilícitos com base em cruzamento de dados. Para isso, a Comissão analisa previamente propostas de desenvolvimento de BIs, adotando no curso dos trabalhos as diretrizes fixadas pelas 2^a e 5^a CCRs e priorizando temas com maior impacto e repercussão nacional. Ela auxilia também no curso do desenvolvimento de BIs, merecendo destaque, por exemplo, o trabalho que dedicou ao BI dos Indicadores.

Incluem-se entre suas atividades: a) gerenciar e aprimorar os trabalhos de BI já implantados; b) disseminar as potencialidades do BIs já desenvolvidos, bem como da ferramenta para novas aplicações na busca da efetividade da persecução penal; c) receber e avaliar as propostas de criação e desenvolvimento de projetos de BI, com a indicação do objetivo, da gerência, da base de dados a ser utilizada e das metas a serem atingidas; d) encaminhar às 2^a e 5^a CCRs as propostas de desenvolvimento de novos projetos de BI para que sejam definidas as prioridades anuais; e) auxiliar os gerentes dos projetos de BI no desenvolvimento dos trabalhos.

Os integrantes do grupo são: Ana Luisa Chiodelli Von Mengden (coordenadora), George Neves Lodder, Renata Ribeiro Baptista e Roberto Antônio Dassié Diana.

Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea (GACEC)

O Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea (GACEC) acumula funções de grupo de apoio e grupo de trabalho. Foi criado pela 2^a Câmara por meio da Portaria nº 56, de 6 de novembro de 2012, com o objetivo de assessorá-la na definição da política criminal de combate às formas contemporâneas de escravidão, notadamente o crime de redução a condição análoga à de escravo, previsto

no art. 149 do Código Penal Brasileiro.

Recentemente, de acordo com a Portaria nº 214, de 18 de agosto de 2016, passou a tratar também do tráfico de pessoas e incorporou as atividades de apoio às ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho. A Portaria também prorrogou por mais um ano as atividades do grupo.

Os integrantes do grupo são: Adriana Scordamaglia Fernandes, Ana Carolina Alves Araújo Roman (coordenadora), Ana Fabíola de Azevedo Ferreira, Antônio Marcos da Silva de Jesus, Douglas Santos Araújo, Edmilson da Costa Barreiros Júnior, Felipe Valente Siman, Fernando Túlio da Silva, Flávio Pereira da Costa Matias, Indira Bolsoni Pinheiro, João Francisco Bezerra de Carvalho, José Ricardo Teixeira Alves, Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Lucas Aguilar Sette, Lucas Horta de Almeida, Ludmila Bortoleto Monteiro, Márcio Andrade Torres, Márcio Barra Lima, Maria Clara Barros Noleto, Melina Tostes Haber, Natália Lourenço Soares, Onésio Soares Amaral, Paulo Henrique Ferreira Brito, Paulo Taubemblatt, Renan Paes Felix, Robson Martins, Rosane Cima Campiotti, Samir Cabus Nacheff Júnior e Victor Manoel Mariz.

Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ)

A criação do Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri foi aprovada na 104ª Sessão de Coordenação da 2ª CCR, em 26 de outubro de 2015, e implementada por meio da Portaria PGR/MPF nº 180, de 16 de março de 2016, para atuação por um período de um ano. Sua finalidade é viabilizar o auxílio, mediante designação do Procurador-Geral da República, à atuação perante o Tribunal do Júri, em conjunto e a pedido do procurador natural do feito, nos casos de alta complexidade e atuação especializada.

Os integrantes do grupo são: Alcides Martins, Aldo de Campos Costa, Alexandre Schneider, Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, Anderson Vagner Gois dos Santos, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Bruno Costa Magalhães, Cláudio Alberto Gusmão Cunha, Diogo Castor de Mattos, PRM Jacarezinho, Edmilson da Costa Barreiros Júnior, Fabricio Carrer, Felipe Almeida Bogado Leite, Fernando José Aguiar de Oliveira, Filipe Andrios Brasil Siviero, Galtiênio da Cruz Paulino, Gustavo Torres Soares, Hebert Reis Mesquita, Rafael Paula Parreira Costa, Robson Martins, Samir Cabus Nacheff Junior, Vladimir Barros Aras (coordenador).

Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (GALD)

O Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro foi proposto pela 2ª CCR e criado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal em sua 6ª Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de agosto de 2016.

O objetivo principal do GALD é analisar a pertinência de pedidos de apoio operacional submetidos por membros, em casos de investigação ou persecução de crimes de lavagem de dinheiro, bem como propiciar o apoio solicitado mediante indicação de membros do grupo com a *expertise* requerida no caso.

No primeiro período, o grupo acumula tarefas de grupo de trabalho, a saber: levantamento de dados, elaboração de roteiros e compilação de peças. O grupo se dedicará assim a elaborar estudos e orientações sobre o manuseio dos Relatórios de Inteligência Financeira, a identificação das principais tipologias e dos sinais de alerta de lavagem de dinheiro, e melhores práticas no enfrentamento da lavagem de dinheiro.

Os integrantes do grupo são: Carla Veríssimo De Carli (coordenadora), Carlos Alberto Gomes de Aguiar, Gustavo Pessanha Veloso, Stella Fátima Scampini, Uendel Domingues Ugatti e Wellington Luis de Sousa Bonfim, e os Procuradores da República Anamara Osório Silva, Andrey Borges de Mendonça, Eduardo Ribeiro Gomes El-Hage, Marcelo Ribeiro de Oliveira, Rodrigo de Grandis e Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani para comporem o referido grupo (Portaria PGR nº 658, de 12 de agosto de 2016).

Grupo de Trabalho “Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal”

Este grupo, de grande contribuição à reflexão de temas estratégicos, foi constituído em 27 de maio

de 2014, por meio da Portaria nº 137. Posteriormente, por sua relevância, passou a ser bicameral com a participação da 5ª CCR (Portaria Conjunta nº 4, de 19 de agosto de 2016, complementada pela Portaria nº 6, de 20 de setembro de 2016, que nomeou novos membros).

Os objetivos do grupo são auxiliar a 2ª e a 5ª CCRs na formulação de estratégias, critérios de atuação, enunciados e orientações, além de contribuir à definição de ações prioritárias e projetos, tudo com foco em uma persecução penal mais eficiente e efetiva.

Os integrantes do grupo são: Carlos Augusto Cazarré, Cibele Benevides Guedes da Fonseca, Daniel Azevedo Lôbo, Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto, Jessé Ambrósio dos Santos, Luís Wanderley Gazoto, Rafael Antonio Barreto dos Santos, Roberto Farah Torres (coordenador), Yuri Correa da Luz.

Grupo de Trabalho “Modernização da Investigação”

O Grupo de Trabalho “Modernização da Investigação” foi criado pela Portaria Conjunta 2, de 12 de abril de 2016, das 2ª, 5ª e 7ª Câmaras com atribuição para análise de projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional sobre investigação criminal, proposição de emendas ou outros projetos de lei e elaboração de atos normativos (resoluções) necessários à implementação de um novo modelo de investigação criminal.

Os integrantes do grupo são: Bruno Freire de Carvalho Calabrich, João Raphael Lima, Luís Wanderley Gazoto (coordenador), Marcello Paranhos de Oliveira Miller, Roberto Antônio Dassié Diana.

Grupo de Trabalho “Justiça de Transição”

O Grupo de Trabalho “Justiça de Transição” foi criado por meio da Portaria nº 21 da 2ª CCR, de 25 de novembro de 2011. Naquele momento, o grupo foi incumbido de examinar a sentença da Corte Internacional de Direito Humanos no caso Gomes Lund vs. Brasil e, a partir disso, prestar apoio jurídico e operacional a membros com atribuição para investigar casos de graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar.

Após a criação do grupo, houve renovações de seu período de atuação por meio das Portarias nº 28, de 31.1.12, nº 36, de 8.5.12, nº 47, de 2.8.12, nº 51, de 28.8.12, nº 122, de 7.4.2014, e nº 172, de 11.5.15.

Os integrantes do grupo são: Ana Letícia Absy, Andrey Borges Mendonça, Carolina de Gusmão Furtado, Eugênia Augusta Gonzaga, como colaboradora, Ivan Cláudio Marx, Lilian Miranda Machado, Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes, Marlon Alberto Weichert, Paulo Sérgio Ferreira Filho, Sérgio Gardenghi Suiama, Tiago Modesto Rabelo, Vanessa Segueissi, Wilson Rocha Fernandes Assis.

Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais

O Grupo de Trabalho sobre Crimes Tributários e Fiscais foi criado por meio da Portaria nº 169, de 19 de março de 2015, e renovado com a edição da Portaria nº 211, de 6 de julho de 2016.

Este grupo tem os seguintes objetivos: a) elaborar proposta de projetos de lei sobre crimes contra a ordem tributária; b) examinar a consolidação, o controle e o grau de recuperação quanto a créditos tributários objeto de parcelamento; c) apurar a situação das programações fiscais e seus critérios visando ao atendimento de requisições do MPF; d) estreitar o relacionamento com a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional com o fim de incrementar a qualidade das representações fiscais e possibilitar acesso do MPF aos respectivos sistemas eletrônicos; e) examinar os bancos de dados disponíveis na SPEA e o possível cruzamento de dados para fins investigativos; f) buscar soluções para outras deficiências pontuais identificadas.

Os integrantes do grupo são: Ana Paula Ribeiro Rodrigues, Andréa Walmsley Soares Carneiro, Guilherme Rocha Gopfert, Pedro Melo Pouchain Ribeiro (coordenador) e José Maria Panoeiro.

Merece destaque o projeto "Aprimoramento da representação para fins penais da Receita Federal". O projeto busca assegurar maiores níveis de eficiência e efetividade na persecução dos crimes detectáveis mediante atuação da Receita Federal. O principal foco é o aprimoramento das representações (fiscais ou não) para fins penais da Receita Federal. Almeja-se, com isso, que denúncias sejam cada vez mais oferecidas com base nessas representações, de maneira direta, ou seja, sem inquérito policial. O trabalho consiste em definir parâmetros e promover treinamento para garantir que as representações contenham os elementos necessários à propositura da denúncia. O projeto teve início em 01 de abril de 2015, com previsão de conclusão em 18 de dezembro de 2017. A direção é do Procurador Regional da República Uendel Domingues Ugatti, que realiza treinamentos com auditores fiscais e encontros de trabalho com membros do MPF para discussão de roteiro de atuação nos crimes fiscais.

Grupo de Trabalho sobre Crimes Cibernéticos

O Grupo de Trabalho sobre Crimes Cibernéticos foi criado por meio da Portaria nº 13, de 21 de março de 2011, datando sua última prorrogação, por um ano, de 15 de fevereiro de 2016.

O grupo tem por finalidade apoiar a 2ª CCR no combate aos crimes cibernéticos, envolvendo notadamente pornografia infanto-juvenil e racismo. Seus objetivos são: a) capacitar membros e servidores do MPF para o enfrentamento efetivo dos crimes cibernéticos; b) instituir núcleos regionais para auxílio à investigação dos crimes cibernéticos; c) implementar base de dados nacional para suporte na persecução dos crimes cibernéticos; d) averiguar as dificuldades encontradas na persecução dos crimes cibernéticos; e) elaborar ou aperfeiçoar roteiros de atuação para persecução dos crimes cibernéticos.

Os integrantes do grupo são: Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, Ângelo Roberto Ilha da Silva, Bruno Alexandre Gütschow, Fernanda Teixeira Souza Domingos, Helder Magno da Silva, Janice Agostinho Barreto Ascari, Jaqueline Ana Buffon, Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva, Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira (coordenadora), Paulo Gomes Ferreira Filho, Priscila Costa Schreiner.

